O DEMOCRATA

AVENÇADO

Semanário Republicano de Aveiro

ANO 40.º — N.º 1994

Quarta-feira, 28 de Maio de 1947

VISADO PELA CENSURA

Redacção e Administração
Rua de Santa Joana, 35
Comp. e Imp.—IMP. UNIVERSAL-AVEIRO
R. Combatentes da G. Guerra—Telef. 125

Director e Proprietário
Arnaldo Ribeiro

Editor e Administrador
Manuel Alves Ribeiro
Correspondência dirigida ao Director
Publicidade Lisboa e Pôrto *Agência Havas*

Neste número especial, comemorativo do 28 de Maio, colaboram, apenas, alguns elementos que acompanham os dirigentes na sua progressiva e patriótica acção.

O sistema corporativo no distrito de Aveiro

e as suas principais realizações no campo social

pelo **Dr. JOÃO FERREIRA DIAS MOREIRA**

Delegado do I. N. T. P. e actual Governador Civil do Distrito de Aveiro

I

A Constituição política de 1933 veio dizer que o Estado se constitua em República Corporativa.

O Estado Corporativo é caracterizado pela coexistência de um poder político forte e unitário com uma larga descentralização de funções administrativas entregues a uma pluralidade de entidades jurídicas autónomas — freguesias, Municípios, Corporações, Institutos públicos, sob a fiscalização do Estado.

Os Organismos Corporativos são pessoas colectivas de direito público, entidades jurídicas autónomas, descentralizadas do Estado, para a administração de determinados interesses, de ordem moral, espiritual e material, constituídos por indivíduos que exercem a mesma profissão, ou que têm a mesma função social.

A cada um dos organismos que se constituem é dada representação pública e distinta, no Conselho Municipal, na Câmara Corporativa, nos organismos de grau superior e em outros aspectos da sua actividade para defesa dos interesses que lhes estão confiados.

Os objectivos que se propõem realizar no capo social são os seguintes:

a — Representação Profissional.
b — Previdência e Assistência.
c — Educação e Instrução.
d — Valorização individual, para realização dos fins superiores da vida, que é o seu fim último.

II

Defenidos alguns conceitos essenciais, vejamos as realidades existentes no distrito e dentre estas as que foram já tratadas corporativamente e a medida em que o foram.

a — No comércio e na indústria.
b — Na pesca.
c — Na agricultura.

A — São em número de 70 as actividades industriais existentes no distrito de Aveiro, e em número de 7.000 o número total de firmas comerciais e industriais.

As firmas comerciais ocupam 2.038 empregados de escritório e comércio, e as empresas industriais cerca de 43.000 operários.

Os Sindicatos Nacionais e as Secções que os representam, e que têm a sede neste distrito, foram constituídos em anos sucessivos, conforme se descrimina no mapa seguinte:

SINDICATOS NACIONAIS E SECÇÕES	ANOS														TOTAL
	1933	1934	1935	1936	1937	1938	1939	1940	1941	1942	1943	1944	1945	1946	
Alfaiates												1			
Cerâmicos					1										
Construção Civil								1							
Construção Naval					1										
Chapeleiros		1													
Cordoeiros					1										
Corticeiros		1													
Empregados de Escritório									1						
Esmaltagem					1										
Ferroviários do Vale do Vouga							1								
Fósforos								1							
Metalúrgicos		1													
Mineiros												1			
Panificação						1									
Papeleiros								1							
Sapateiros								1							
Serradores									1						
Tanoeiros		1													
Vassouras, Celulóide												1			
Vidreiros		1													
SECÇÕES															
Botões												1			
Marinha Mercante			1												
Motoristas														1	
Tamanqueiros										1					
Tipógrafos											1				
Total por anos	-	5	1	-	4	1	1	4	2	1	1	4	-	1	25

Das profissões existentes neste distrito 13 têem representação em Sindicatos Nacionais com sede em Lisboa, Porto e Coimbra, sucedendo também que algumas profissões dos Distritos do Porto e Coimbra estão representadas por Sindicatos com sede neste mesmo distrito.

Depois dos distritos de Lisboa e Porto é o distrito de Aveiro o que tem maior número de organismos deste género, os quais representam cerca de 42.000 operários, dos 45.000 existentes.

* * *

Vejamos de harmonia com as rúbricas dos

seus orçamentos e contas o movimento económico, tomando por base o ano de 1946.

RECEITA	DESPESA
887.232$13	819.090$10

MOVIMENTO DE ASSISTÊNCIA

Assistência médica	Subsídio por doença	Subsídio por morte	Nascimento de filhos	Invalidez	Medicamentos	Diversos subsídios
54.646$20	33.149$95	5.490$00	23.547$50	31.359$00	15.913$00	42.346$20

Dada a natureza destes organismos, *o maior valor que realizam* não está na razão directa das receitas e despesas, mas da função social de representação que conseguirem útilmente realizar.

Vê-se que os subsídios pagos directamente pelos Sindicatos Nacionais nos casos da doença, —morte, - invalidez, velhice, nascimento de filhos, são de montante relativamente modesto. É que esses auxílios são prestados com carácter *de pura assistência*, apenas com os saldos da administração.

É á Previdência Corporativa realizada através de organismos próprios, dotados de personalidade jurídica que compete encarar e resolver por forma efectiva e eficiente os problemas da protecção contra os riscos da doença, morte, invalidez e velhice.

Neste campo, pode-se dizer mesmo, que os Sindicatos Nacionais fazem com carácter de assistência apenas o que não está ainda resolvido através da Previdência Corporativa. Aquela é uma forma incipiente e preparatória para a Previdência, que se realiza através dos organismos seguintes, que a lei reconhece:

1.º—Instituições de Previdência dos Organismos Corporativos.
2.º—Caixas de Reforma ou de Previdência.
3.º—Associações de Socorros Mútuos.
4.º—Instituições de Previdência dos Serviços de Estado.

Ocupamo-nos das duas primeiras categorias de organismos por só esses terem base corporativa a 1.ª, e de cooperação social as duas para dizer que as actividades profissionais do distrito estão representadas por duas caixas de Reforma ou de Previdência, e por 17 Caixas Sindicais de Previdência, na parte que interessa aos operários de artes e ofícios, e aos empregados de escritório e comércio, por 1 organismo, a Casa dos Pescadores para os profissionais da Pesca, e por 10 Casas do Povo que interessam aos trabalhadores rurais de igual número de freguesias.

O movimento de receitas das Caixas Sindicais de Previdência e das Caixas de Reforma, só em função dos operários deste distrito é de cerca de vinte e cinco mil contos por ano, em média 10 por cento sobre os salários e vencimentos pagos por 35.000 operários e empregados que representam. Uma parte desta percentagem é paga pelo patrão e outra pelo operário, pelo que se diz que estas instituições são também de cooperação social.

Pagam pensões de reforma por invalidez e velhice, que podem atingir 80 % do salário diário, assistência médica, assistência farmacêutica com extensão variável, e subsídios por doença que são iguais a 2/3 do salário diário nos primeiros 90 dias de cada doença, e metade desse salário nos 180 dias seguintes, em cada ano.

Seria interessante dizer em seguida as importâncias gastas nas referidas modalidades de Previdência, mas é impossível para o tempo de que se dispõe, em virtude de as instituições de Previdência que represenram os operários deste distrito no comércio e na indústria terem a sêde fora do Distrito — Lisboa, Porto e Marinha Grande — e serem de âmbito regional umas, e de âmbito Nacional outras.

Os elementos do distrito de Aveiro estão assim integrados, como os dos restantes distritos, por forma a não poderem ser individualizados no curto espaço de tempo de que dispomos.

Sabe-se no entanto que esse encargo ascende já a alguns milhares de contos, e será muito maior quando abranger todas as actividades, e quando decorridos dez anos sobre o início dos descontos, — o que sucede por enquanto em poucas actividades, — forem mais amplamente concedidas reformas por invalidez e velhice.

* * *

No último ano foram constituídas duas Federações de Caixas de Previdência, a dos Serviços médico-Sociais, e a das Habitações Económicas, com sede em Lisboa, as quais interessam a todo o País e estão já a actuar neste distrito. Façamos a sua rápida apresentação.

A Federação dos Serviços Médico-Sociais tem em vista coordenar toda a assistência médica que deve ser prestada aos sócios beneficiários das Caixas de Previdência por forma a torná-la mais económica e eficiente.

Assim, por exemplo, em Aveiro existirá apenas um posto clínico que interessa aos sócios de todas as Caixas de Previdência que aqui tem jurisdição, e que, como é sabido, são várias.

Oo postos serão montados em todos os centros industriais do distrito.

Cada uma das Caixas de Previdência Federadas entrega anualmente à federação uma percentagem das suas receitas calculada em bases actuariais e a esse fim destinada.

Estão já montados todos ou quase todos os postos clínicos necessários aos distritos de Lisboa e Porto. Em Aveiro, Braga, Santarém, e em outros centros indústriais, está-se desde já a tratar da solução prática do problema.

* * *

A Federação das Habitações Económicas visa dois objectivos essenciais:

—Assegurar o juro de 4 1/2 por cento às reservas matemáticas das Instituições de Previdência, das três primeiras categorias atrás referidas, e que neste momento atingem já cêrca de um milhão e meio de contos, e, é **preciso** assegurar êsse juro, porque foi julgado necessário na tecnica de organização de Previdência que adoptamos, e que é indiscutivelmente a melhor nos aspectos teórico e prático.

—Colaborar na política social, neste momento, como é sabido do mais alto interesse, da construção de moradias para as classes média, e operária, por forma a que as haja a rendas acessiveis. É portanto dinheiro dos trabalhadores duas vezes aplicado em seu benefício.

Não obstante a Federacão ser da data recente, fez já alguns contratos de construção, o mais interessante dos quais com a Câmara Municipal de Lisboa, a-fim-de ser construido um bairro de casas económicas que tem capacidade para 15 mil pessoas, e custa cêrca de duzentos mil contos, que são gastos pela Federação.

* * *

Nas funções de representação os Sindicatos Nacionais do Distrito negociaram e assinaram 32 convenções colectivas de trabalho, e colaboraram na formação de 42 despachos de salários mínimos.

Os contratos colectivos têm matéria regulada de harmonia com os capítulos seguintes:

Ambito e vigência do Contrato — Direito ao Trabalho, com as sub-divisões, categorias profissionais, admissões, quadros e acesso, despedimento; Prestação do Trabalho, com as sub-divisões, horário de trabalho, descanso semanal e feriados, férias, faltas, regime de trabalho, disciplina, trabalho de mulheres e menores; Remuneração de Trabalho; Previdência; Comissão Corporativa; Sanções.

Dos 45.000 operários existentes no Distrito, no comércio e na indústria só cerca de 20 % não estão abrangidos pela disciplina do trabalho que resulta dos diplomas citados, e através dos quais como é reconhecido se tem feito boa justiça contribuindo por forma notável para a paz social que se tem vivido.

CAIXA REGIONAL DE ABONO DE FAMÍLIA DO DISTRITO DE AVEIRO

Para o nosso conceito de vida a família é, como usa dizer-se, a célula base da vida social.

Daí resulta que o salário deve ser atribuido não só, em função de categoria ou valor profissional, sempre igual entre homens que tem as mesmas aptidões, mas também, dos encargos familiares de cada um.

Seguindo esta orientação o Estado em legislação adequada proporcionou a constituição de Caixas de Abono de Família, que podem ser de actividade, de Emprêsa, e Regionais.

No distrito de Aveiro existem, uma Caixa de Emprêsa com 2.000 sócios, uma Caixa Regional com área no distrito e com séde na cidade de Aveiro, com 25.000 sócios, e 13.000 operários de vários actividades que estão integrados em Caixas de Previdência com séde em Lisboa, Porto e Marinha Grande, as quais, de harmonia com o decreto n.° 35.410, realizam cumulativamente as funções de Previdência já atrás referidas, e de pagamento dos abonos de família; é o que sucede, por exemplo, com os operários da Construção Naval, fabrico de vidros, da Panificação, das Cortiças, dos Cerâmicos, das Conservas, etc....

A Caixa Regional de Abono de Família do Distrito de Aveiro, que como se disse tem apenas 25.000 sócios dos 45.000 que no distrito existem, pagou em 1946, tendo colhido da sua contabilidade, 10.425.502$26, e teve 12.047.902$71 de receitas.

Se tivermos também em consideração as importâncias pagas pelas restantes caixas de abono, de actividade e de Emprêsa, a operários dêste distrito devemos encontrar um total de cerca de dezassete a dezoito mil contos pagos em 1946.

A tabela de abonos pagos por mês e em vigor na Caixa Regional dêste Distrito, é a seguinte:

Grupos de remunerações mensais Ordenados ou salários		Abono mensal por descendante ou equiparado	Abono mensal por ascendente ou equiparado
Até	499$99	30$00	25$00
De 500$00 a	749$99	40$00	30$00
De 750$00 a	1.249$99	50$00	40$00
De 1.250$00 a . . .	2.249$99	60$00	50$00
De 2.250$00 em deante		70$00	60$00

Quando prestam menos de 20 dias de trabalho, o abono é dado proporcionalmente aos dias de efectivo serviço, dentro do escalão por que ficam abrangidos.

Casas dos Pescadores e Casas do Povo

As Casas dos Pescadores, e as Casas do Povo são organismos corporativos de cooperação social, como o são igualmente as Caixas Sindicais de Previdência e as Caixas de Reforma ou de Previdência. Estas, representam a solução definitiva e eficiente na Previdência dos operários de artes e ofícios e dos empregados de escritório e Comércio, como se disse, aquelas, as Casas do Povo e dos Pescadores, realizam por si e directamente essas funções juntamente com as restantes atribuições próprias de organismos corporativos desta natureza.

* * *

Vejamos alguns elementos referentes à actividade social e económica da Casa dos Pescadores, com sede em Aveiro, de que é Presidente o ilustre Capitão do Porto, referentes a 1946.

Tinha em 31 de Dezembro 3.317 sócios efectivos e 23 contribuintes.

O débito do «Caixa» registou 948.324$35, e o crédito a mesma importância com um saldo para 1947 de 7$30.

Nas funções de Previdência e Assistência aplicou as disponibilidades próprias conforme se descrimina:

Ordenados dos médicos		39.250$00
Ordenados dos enfermeiros		2.750$00
Ordenados das parteiras.		13.350$00
Ordenados da dirigente da Casa de Trabalho de Ovar		2.700$00
Ordenados da Empregada do Posto de Puericultura —Ovar		1.800$00

Transportes para visitas ao domicílio:

Médicos	1.755$00	
Parteiras.	460$00	2.215$00
Valor dos medicamentos concedidos		85.853$70

Subsídios concedidos por:

Doença	10.336$65	

Morte de:

Sócio	4.175$00		
Mulher de sócio . . .	200$00		
Filhos de sócio. . . .	840$00	5.215$00	
Nascimento		8.840$00	
Perda de roupas		50$00	
Reparação de embarcações . . .		200$00	
Invalidez.		1.340$40	
Legalização de documentos		229$20	
Extraordinários.		1.686$80	27.898$05

Subsídios concedidos em:

Vestuário e roupas	13.907$25	
Cintas medicinais	2.325$00	
Fundas	295$30	
Dinheiro.	100$00	
Livros	72$00	
Oculos	249$90	
Certidões	29$80	17.010$05
Viagens, e outras despesas, com os filhos dos sócios que foram frequentar a Colónia Balnear.		5.132$65
Operações		4.606$00
Hospitalizações.		13.236$00
Internamentos		1.600$00
Sanatorizações		17.616$10
Aparelhos ortopédicos		250$00
Radiografias e radioscopias		8.860$00
Agentes físicos.		2.100$00

Consultas por médicos especialistas:

Doenças pulmonares	4.010$00	
Estomatologia	600$00	
Oftalmologia	3.535$00	
Estômago	124$00	
Doenças nervosas e mentais. . . .	210$00	
Oto-Rino-Laringologia	1.225$00	
Ginecologia	100$00	
Pele e sífilis.	180$00	
Cirurgia	1.460$00	
Doenças de crianças	500$00	11.944$00
Análises clínicas		3.825$50
Transportes de doentes		1.610$00
Compra de gêlo para doentes		407$90
Diversos de Assistência Extraordinária . . .		100$00
Casa de Trabalho de Ovar		18.977$30
Postos de Puericultura		17.913$15
Material de consultório		32.000$15
		333.005$55
SALDO PARA O ANO DE 1947		63.654$71
		396.660$26

Os números estatísticos referentes a estas despesas são os seguintes:

Número de subsídios concedidos por doença 82

Número de subsídios concedidos por morte de:

Sócio	19	
Mulher de sócio	2	
Filhos de sócio. . . .	21	42

Número de subsídios concedidos por nascimento	178
Número de subsídios concedidos por perda de roupas	1
Número de subsídios concedidos para reparação de embarcações	1
Número de subsídios concedidos por invalidez.	30
Número de subsídios concedidos para legalização de documentos.	4
Número de sbsídios extraordinarios concedidos	14
Número de subsídios concedidos em vestuário e roupas.	240
Número de subsídios concedidos em cintas	15
Número de subsídios concedidos em fundas	3
Número de subsídios concedidos em dinheiro.	1
Número de subsídios concedidos em livros	1
Número de subsídios concedidos em óculos	7
Número de subsídios concedidos em certidões.	2
Número de contemplados com viagens para frequentar Colónia de Férias . .	46

Assistência médica

Consultas por médicos	5.746
Visitas domiciliárias dos médicas . . .	1.496
Injecções aplicadas	5.273
Tratamentos	3.310
Intervenções de pequena cirurgia . . .	130
Consultas por parteiras	48
Visitas domiciliárias das parteiras. . .	1.062
Injecções aplicadas pelas parteiras. . .	68
Tratamento pelas parteiras	181
Pesagens efectuadas pelas parteiras . .	286
Partos	231
Partos com intervenção médica. . . .	1
Transportes para visitas ao domicílio, por médicos	137
Transportes para visitas ao domicílio, por parteiras.	46
Operações.	13
Vacinações	835
Hospitalizações	26
Internamentos	3
Sanatorizações	3
Aparelhos ortopédicos concedidos . . .	1
Radiografias e radioscopias	72
Número de pessoas beneficiadas com agentes físicos	14

Consultas por médicos especialistas de:

Doenças pulmonares	63	
Estomologia	29	
Oftalmologia	164	
Estômago	1	
Doenças nervosas e mentais . .	4	
Oto-rino-laringologia . . .	34	
Ginecologia	2	
Pele e sífilis	3	
Cirurgia	41	
Doenças das crianças . . .	13	353
Análises clínicas		104
Transportes de doentes		26
Diversos de assistência extraordinária . .		11
Número de pessoas assistidas		4.728
Número de pessoas que beneficiaram da concessão de medicamentos		3.133

Postos de puericultura

Número de postos 1

Localização:

Ovar
Torreira
Costa Nova
Ilhavo
Gafanha

Elementos estatísticos

Número de dias de funcionamento dos Postos durante o ano	1.171
Número de crianças que os frequentaram durante o ano	256
Número médio dos dias de frequência de cada criança durante o ano	49
Pesagens.	6.224
Medições	2.024
Consultas de higiene e medicina . . .	1.580
Casos sifilíticos tratados.	111
Tratamentos diversos (pensos, injecções, etc.)	1.054
Vacinações contra a varíola	346
Medicamentos (fórmulas, receitas, etc.) fornecidos para tratamento em casa .	1.562
Litros de leite fresco	8.234
Quilogramas de leite em pó	62
Quilogramas de farinhas e outros preparados	250
Enxovais completos	149
Peças de vestuário.	2.086
Número de visitas de propaganda higiénica realizadas	1.743

Instrução

Número de escolas primáraias (feminina) 1

Localização — S. Jacinto

Número de crianças que frequentaram a escola. 53

Casas de trabalho

Casa de trabalho de Ovar (feminina)

Número de raparigas que a frequentaram 14

DIVERSOS

Número de postos médicos 7

Localização:

Ovar
Torreira
Murtosa
Costa Nova
Gafanha
Ilhavo
Mira

Número de crianças que frequentam colónias de férias 46

Na função de representação negociou e firmou um contrato colectivo de trabalho com o Grémio dos Armadores dos Navios de Pesca do

Bacalhau o qual, beneficia 859 tripulantes da frota de Aveiro.

As Casas do Povo em número de 10, abrangendo cada a área de uma freguesia, têm 3.670 sócios efectivos, e 2.459 sócios contribuintes.

Arrecadaram em 1946, 462.728$17 e gastaram, 338.706$52.

Em Previdência e Assistência, aplicaram 241.486$10.

Vejamos o movimento social e económico, de uma das que tem uma acção mais interessante, neste distrito, a de Valongo do Vouga, do concelho de Águeda, no ano de 1946.

RECEITA	DESPESA
53.580$19	37.570$95

MOVIMENTO DA ASSISTÊNCIA

SUBSÍDIOS				Retribuição de Serviços Clínicos	Outras modalidades de Assistência
Por Doença	Por Morte	Por Invalidez	Por Natalidade		
11.868$00	300$00	9.180$00	408$00	8.220$00	2.674$70

Movimento social referente a 31 de Dezembro de 1946

Sócios efectivos 440
Sócios contribuintes. . . 304
Sócios protectores . . . 4
Sócios beneméritos . . . 1

De entre os organismos corporativos de carácter social, as Casas do Povo das regiões de pequena propriedade, são os que tem tido menor expressão e interesse prático, podendo-se dizer que, os restantes, tem tido uma acção que, de um modo geral, se pode classificar de notável.

São hoje bem conhecidas as razões da débil estruturação da generalidade das Casas do Povo das regiões de média e pequena propriedade, para que, seja legítimo supor que, num futuro próximo revisto o problema à luz das realidades e actualizada a respectiva legislação.

São estes, em síntese, alguns dos números mais expressivos com que faço a apresentação do valor prático da organização corporativa neste Distrito.

Se ponderarmos o quase nada que estava realizado neste terreno do social, quando em 23 de Setembro de 1933, há menos de 14 anos, foi publicado o Estatuto do Trabalho Nacional, e se olharmos para o caminho percorrido havemos de reconhecer à luz das realidades que as palavras de Salazar têm sido sempre de verdade e de certeza.

O Chefe tem cumprido sempre o que afirma.

A Revolução marchará com êle e por si.

Mais um aniversário

pelo DR. QUERUBIM GUIMARÃES
Deputado da Nação

Parece-nos já longinquo o 28 de Maio. Decorrem vinte e um anos sôbre a Revolução Nacional que explodiu como todos os grandes acontecimentos históricos como um imperativo categórico da consciencia colectiva, humilhada, ultrajada, vilipendiada pelo desvairamento das paixões, ferozes sectarismos que retalhavam o país e davam ao mundo o mais triste dos quadros que uma nação pode oferecer à observação dos estranhos.

Portugal andava *nas bocas do mundo* amesquinhado, ridicularizado, motivo de troça e apostrofado quase como país sem direito a uma real independencia e antes digno da tutela do estrangeiro que lhe impozesse essa ordem, lhe restaurasse a disciplina e o reconstituisse nas suas finanças em descredito.

Vivia do passado, das suas grandesas históricas, dos seus feitos maravilhosos que assombraram o mundo de então. Portugal creador duma civilização além-atlantico, difusor da fé, alentador d'almas e semeador de germens de futuras nacionalidades, o Portugal do tratado ce Tordesilhas, separado o mundo em dois comandos, um dos quais nas suas mãos, vivia apenas na memória longinqua dos saudosistas, lamentando as tristezas do presente, como os judeus junto das muralhas de Jerusalem desfazendo em prantos as desgraças que sofriam.

Tudo parecia perdido. O tumulto, a agitação constante, a perda da autoridade do poder não permitiam considerar simples figura de retórica a expressão banal de que o país se achava à beira do abismo. A realidade não era outra.

Tudo parecia perdido.

A' indisciplina das ruas correspondia a inquietação dos espíritos. Vagueava-se sem norte, ao acaso, de interrogação em interrogação, de dúvida em dúvida, de desanimo em desanimo.

O que sera de nós, exclamava-se no meio da confusão geral? A's interrogações ansiosas não se respondia com certesas. Quási o silêncio.

Mas, de repente, ouve-se uma voz, uma voz forte, poderosa, que lá em cima, lá ao norte, do berço de Portugal, como que erguida do túmulo dos fundadores da nacionalidade, na cidade dos Arcebispos, tão ligada, desde os alvores da pátria, à nossa história, lança um grito de álerta, faz erguer as almas num clarão de esperanças, ilumina os espíritos e aquece os corações que pareciam enregelados pelo frio da desesperança e numa manha radiosa Portugal veste-se de galas e, perante o mundo extatico, afirma o seu direito à vida, o seu propósito ao ressurgimento, a sua vontade decidida e firme de corresponder ao passado heroico do tempo das naus do Gama, das caravelas de Cabral, ou da faina construtiva do Império oriental com a acção formidável dos Castros e dos Albuquerques.

Entramos assim num novo período da nossa história.

E surge Salazar.

A história faz-se assim, em lances imprevistos.

O Exército, única força existente, embora contaminada já, em grande parte também, pela vermina da indisciplina, arvora um pendão que não é de guerra nem de extermínio, mas que tem como legenda a salvação da Pátria. E o Exército vence e fica sendo o supremo garante, com a sua decisão, dum novo ciclo na vida nacional.

Se não fôra êle não era possível Salazar e se não fôra Salazar não era possível o ressurgimento.

Como apareceu êle?

Como da catedra universitária é êle levado para as responsabilidades do poder e transforma a face da nação, dando-lhe a vida que parecia prestes a extinguir-se, tornando-o respeitado e admirado, cá dentro e lá fora, ultrapassadas as fronteiras pelo seu nome glorioso, elevado o nome da nossa terra a uma dignidade esquecida e de que parecia definitivamente apartado?

Desígnios da Providência.

Políticos e homens de ciência, críticos imparciais e observadores con cienciosos veem de longada até Portugal para examinar as realidades desta ressurreição, abeiram-se do Homem extraordinário que não tem uma hora de descanso e a tudo renuncia para só servir a pátria e admiram-se da superioridade extraordinária dêste condutor que faz do poder a sua inteira absorpção, todo dedicado ao bem do povo e que bem poderia ser um condutor, e dos maiores, do mundo atordoado ainda pelos horrores e misérias duma guerra atroz. No exercício do poder é ele ainda e sempre o Mestre. Dá lições ao Mundo e a sua palavra é escutada com admiração em tôda a parte.

Isto não é encómio de admirador incondicional, antes expressão sincera dum coração agradecido. As realidades todos as veem. Progresso material como nunca se viu. Portugal transformado, enriquecido, Portugal grande numa palavra. Duma ponta a outra do Império vive-se uma vida nova. Portugal metropolitano, Portugal insular, Portugal colonial não é o Portugal de 1926.

Os próprios adversários o reconhecem e quando amesquinham o regime, os sinceros que servem a justiça aos homens devida, admiram o Homem que honra o Portugal deste século.

Lá fora a admiração é a mesma. Podem contrariar o regime, cegos ideólogos duma democracia que morre à míngua da ordem mas a Salazar respeitam e admiram.

Ainda há dias me dizia alguém regressado de Paris onde esteve umas três semanas, convivendo com altas figuras da mentalidade francesa, que Portugal nas referências que ouviu era visto na projecção da figura excepcional do Homem que nos governa.

Salazar e Fátima são hoje no mundo símbolos duma grandeza que marca uma etapa gloriosa da história contemporânea.

Parece-nos já longínquo o 28 de Maio e para os cansados de memória é bom recordar estas verdades.

Mesmo para os que não esquecem é saudável e animadora a recordação.

A OBRA DE RESSURGIMENTO NACIONAL

Pelo Dr. ALVARO SAMPAIO
Presidente da Câmara Municipal de Aveiro

A obra que a actual situação política tem realizado desde que o sr. dr. Oliveira Salazar faz parte do governo é, na realidade, uma obra gigantesca, que não tem paralelo com qualquer outra levada a efeito por gerações anteriores à nossa. E se as realidades ficam e as palavras esquecem, se o que se faz é que interessa aos vindouros, a missão dos que dirigem tem de ser, precisamente, a de «realizar», contribuindo assim para o progresso presente e futuro da Nação.

Das dissenções que dividiram os portugueses, das lutas fratricidas que ensanguentaram o nosso solo, dos discursos inflamados que ecoaram no parlamento, o que ficou? — Malquerenças, luto, dôr, rivalidades.

Que ganhou o País, que lucrou a Nação com essas contínuas discórdias? — O empobrecimento interno, o descrédito no exterior.

Era este o panorama por volta de 1926, mau grado o esfôrço sincero de alguns republicanos de boa fé, que acabaram por desinteressar-se da vida pública nacional.

Com o afastamento de alguns desses homens de real valor, desiludidos uns, enxovalhados outros, o poder foi passando às mãos dos menos aptos, mas mais audazes, até aos que nem sequer mediam bem as responsabilidades tremendas que contraiam perante a colectividade. O parlamento, por sua vez, não aprovando os orçamentos a tempo e horas, deixando sistemàticamente para segundo plano os problemas que mais interessavam ao País, esgotando-se em questões de «lana caprina», quase sempre entretido com lutas pessoais, desceu a um tal nível que só merecia repulsa e esquecimento.

É certo que aparecia uma outra voz sensata a chamar os estonteados à razão e ao interesse público, mas a inutilidade desses pregoeiros era manifesta. Ninguém fazia caso. Mais: riam-se deles.

No entanto, as lutas continuavam e proliferavam dia a dia as más vontades truculentas. Era o começo do fim, era a persistência no erro, a fonte da derrota a curto prazo. E assim foi, assim sucedeu.

*

Os homens da minha idade sabem que tudo isto se passou, até com corres mais carregadas; recordam as horas de desânimo e de desalento que os invadia perante o espectáculo que dávamos ao mundo; reconhecem que era impossível prolongar por mais tempo o sofrimento moral de uma Nação; lembram-se muito bem das nossas intransitáveis estradas, da falta de escolas e liceus, do abandono dos nossos monumentos, do desalinho do nosso património, da nossa incapacidade financeira. Mas alguns deles, a pesar disso, mantêm-se dentro das mesmas irredutibilidades doutrinárias ou recusam a sua colaboração a uma situação política que tem realizado uma obra que caracteriza uma época de engrandecimento nacional.

Conciliar não é transigir, mas o propósito firme de cooperar naquilo que não diminue a nossa personalidade nem hipoteca o nosso pensamento. Discordamos de muita coisa que se faz, mas nem por isso deixamos de colaborar quando essa colaboração visa o bem comum.

Se cada um de nós cumprir o seu dever de português, se cada um de nós cooperar com lealdade e isenção de propósitos — e a actual situação política tem o direito de exigir estas premissas — resultará aquele sentido de harmonia sem o qual as sociedades se desagregam e abismam na desordem.

Que importam as pessoas, que interessam as pequenas diferenças ideológicas que nada deixam de positivo, se tivermos sido colaboradores activos da obra colectiva?

Que importam os métodos de govêrno, se depositamos confiança nos homens que presidem aos destinos do País e que se mostram tão patriotas como os que o são?

Olhemos para o panorama do mundo abalado nos seus fundamentos pela enorme fogueira que o desvastou durante seis anos. Reparemos, mais perto de nós, na nossa Europa. Que vemos?

Será preciso pôr diante dos olhos de cada português o que se passa em quase todos os países do continente europeu para cabal justificação das nossas palavras?

Quando se olha e considera o deserto de lutas que é o mundo, apercebemo-nos então deste remansò em que vivemos, deste oasis em que a nossa vida se refrigera num ambiente de paz e de trabalho, de disciplina e de exaltação patriótica em que se tem gerado a obra formidável de renovação nacional.

Nesta obra de ressurgimento tem colaborado o Município de Aveiro, cuja actividade está assinalada nos mais variados melhoramentos públicos realizados de há vinte anos a esta parte. Estradas, escolas, lavadouros, jardins, novas artérias, abastecimento de água, mercado, saneamento, umas vezes custeadas apenas pela Câmara, outras vezes com o auxílio técnico e financeiro do Estado, essas obras marcam indelevelmente uma época e rasgam novos horizontes ao futuro de Aveiro.

A cidade desenvolveu-se e alargou-se; a sua população cresceu; o seu comércio prosperou; as suas indústrias tomaram grande incremento, e dia a dia surgem novas actividades que aqui se instalam; a vida citadina, de morta e arrastada que era, tornou-se viva e agitada; a fisionomia da urbe modificou-se profundamente; o movimento atingiu proporções que espanta. E se isto traduz progresso local e actividade dos aveirenses, não deixa de ser também o reflexo da obra grandiosa realizada pela actual situação política.

Por tudo isso, o dia 28 de Maio de 1926 assinala, na realidade, o início de uma nova ordem que tem permitido ao País, a par de um período de paz e tranquilidade, prosperar e engrandecer.

Se todos os portugueses despidos de paixão política podem participar espiritualmente da comemoração daquela data, a ela têm especiais e inconfundíveis direitos os da primeira hora, todos os que por ela se bateram, lutaram e venceram.

Aveiro, 28-V-947

LEGIÃO

Pelo Coronel AMÍLCAR DE MOURÃO GAMELAS
Comandante Distrital da L. P.

REACÇÃO expontânea dos portugueses, do seu espírito generoso e cristão, e do seu instinto de defesa, contra as hordas sanguinárias e selváticas comunistas, que, sob o disfarce de democratas, ainda hoje em moda, tentavam o salto sôbre a nobre e cavalheiresca Espanha, a Legião Portuguesa breve se tornou um movimento entusiasta e aliciante, englobando novos e velhos, ricos e pobres, unidos num mesmo objectivo e numa mesma aspiração: garantir à Nação a Justiça, a Paz e a Independência, defendendo-a dos horrores da escravidão comunista.

Por evolução rápida, natural, lógica e irresistível êste movimento foi polarizar Naquele que, neste País, pelo seu espírito e pelas suas virtudes, pelas suas ideias e sentimentos, pela clara visão da sua Inteligência e pela estreita concordância entre as suas palavras e os seus actos, pela sua acção e pela sua obra, consubstanciava e sintetisava as virtudes cristãs da Alma portuguesa, o sentimento da Justiça e independência dêste povo nobre mas cioso da sua liberdade, o seu repúdio pela violência e pelas doutrinas que semeiam o ódio entre os homens, a sua vontade de permanecer fiel às suas tradições e à sua civilização e

que, por isso e pela sua autoridade e prestígio, constituia o penhor seguro da Vitória da Nação sôbre o comunismo.

E, assim, esta Legião, que nascera simples e naturalmente anti-comunista, tornou-se lògicamente Salazarista.

Porque assim foi, daí lhe advieram as campanhas surdas e malévolas, e as intrigas suspeitas, todas tendentes ao seu enfraquecimento e destruição. Mas, baldado empenho, a tudo ela resistiu; e, passados 11 anos, aí a vemos de pé e altiva, orgulhosa do bem que fez sem ter tido necessidade de fazer mal a ninguem.

Talvez que para alguns, esquecidos já das lições do passado e fechados os olhos, se não são cegos, ao desenrolar dos acontecimentos neste agitado, enigmático e sombrio mundo do após guerra, não tenha já razão de ser a Legião Portuguesa e creiam ou desejem ter chegado a hora da sua extinção.

Êrro crasso, com certeza.

O exame atento da vida internacional não o aconselha, mas, pelo contrário, o condena. E no momento em que outros, iludidos ou confiantes durante tanto tempo, começam a abrir os olhos e a ver com mais clareza certas intenções, não parece de aceitar que sejamos nós agora a fechar os nossos. Seria o cúmulo da insensatês.

Sendo assim, como parece que é, não podemos iludir o dever de engrandecer cada vez mais a L. P., procurando agremiar e integrar nela todos os portugueses fieis às tradições da sua Raça, constantes no seu amor à Pátria e conscientes das suas responsabilidades europeias.

Tem a Legião Portuguesa, nestes 11 anos da sua existência, marcado bem a sua posição neste Distrito: quer pela assistência social que, dentro dos seus parcos recursos, lhe tem sido possível prestar; quer pela cooperação que tem dado a autoridades locais na repressão de bandos de criminosos; quer pela sua acção disciplinadora e aglutinante; quer pela sua acção potencial e informativa; quer pela sua importante missão na Defesa Civil do Território, quer ainda pelas numerosas solenidades que tem promovido.

Mas é preciso mais e melhor. Embora o número de legionários do Comando Distrital de Aveiro não tenha diminuido, é necessário, a bem do País e da Civilização, que o seu número aumente; e é necessário também que os que podem e formam da vida um conceito superior de beleza e dignidade, pondo acima do bezerro de oiro os bens espirituais dos povos, auxiliem, no seu próprio interesse, esta organização patriótica.

Que os legionários dêste Comando afervorem a sua dedicação e o seu entusiasmo, pelo reconhecimento da sua função importante, utilíssima e quási imprescindível, pela compreensão dos perigos que ameaçam a liberdade dos povos e a personalidade humana; e que todos se esforcem por conseguir que outras vontades como a sua, decididas e desinteressadas, venham engrossar esta fôrça voluntária ao serviço da Nação.

No limiar dêste 12.º Ano, eu vos exorto, legionários, a serdes cada vez melhores, e a aumentardes o número dos vossos camaradas, para serdes cada vez mais.

A Mocidade Portuguesa no Distrito

Pelo DR. JOSÉ GOMES BENTO
Subdelegado Regional da M. P.

EM 11 de Abril de 1936, foi publicada a lei n.º 1941 que determinava, na sua base XI, a criação de uma organização nacional da mocidade portuguesa com o fim de estimular «o desenvolvimento integral da sua capacidade física, a formação do carácter e a devoção à Pátria e de a colocar em condições de poder concorrer eficazmente para a sua defesa».

Efectivamente, em 19 de Maio do mesmo ano, publicou-se o decreto-lei n.º 26.611 que instituiu a *Mocidade Portuguesa*, englobando toda a juventude escolar ou não.

Decorridos 11 anos, parece que já não devia haver incompreensão e equívocos sobre os seus objectivos e processos de actuar, mas muitos espíritos, levados mais por certas manifestações exteriores, por determinadas analogias mais aparentes que reais, por vários episódios meramente acidentais, por algumas coincidências fortuitas, num esforço supremo de desvirtuar intenções e desacreditar instituições, teimam ainda, não obstante tantas provas em contrário, em ver na Mocidade Portuguesa a cópia de certos modêlos estrangeiros e a expressão de correntes religiosas ou políticas de feição partidária.

Basta, porém, consultar a sua já vasta legislação, os seus regulamentos internos, as instruções e mensagens dimanadas do Comissariado Nacional e os numerosíssimos artigos, conferências, palestras e livros dos seus Dirigentes responsáveis para se tirar a conclusão insofismável de que a Mocidade Portuguesa pretende ser e é uma Organização Nacional que procura sem partidarismos incompreensíveis, incutir nos seus filiados o sentimento mais fervoroso e puro do amor da Pátria, o dever da solidariedade para com os seus camaradas e para com todos os homens — sentido mais alto da doutrina cristã — o respeito pelas outras pátrias — repudia o nacionalismo agressivo — e, por outro lado, como escola de formação de almas, visa a criar caracteres fortes, a rebustecer a vontade, a cultivar a sensibilidade, a despertar as consciências para a vida moral, proporcionando-lhes, ao mesmo tempo, os meios necessários ao seu desenvolvimento físico para que, em suma, os filiados venham a ser verdadeiros homens, com uma personalidade bem marcada — formação integral do homem.

As técnicas empregadas, sujeitas naturalmente à correcções inevitáveis, consistem fundamentalmente nos exercícios físicos— instrução pre-militar- (muito simples), ginástica, jogos desportivos, marchas e campismo —; no desempenho de funções de comando, de direcção das secções dos Centros, em que são necessárias qualidades de auto-domínio, energia, preserverança e poder de iniciativa; na participação activa em sessões culturais e salões de arte; na colaboração espontânea em obras de carácter social, etc.

Passemos agora da teoria à prática e limitemos o nosso exame ao que se tem feito na Ala de Aveiro que abrange quasi todo o distrito:

Criaram-se 15 Centros Escolares, 3 Extra-Escolares e 7 Centros especializados — Vela, em Aveiro e Murtosa, Remo, Esgrima, Hipismo, Natação e Ginástica, em Aveiro.

Em todos eles, com maior ou menor interesse, com rendimento variável, se vem realizando uma obra de que o grande público se não apercebe, mas que, a seu tempo, há-de produzir os seus frutos.

Para me não alongar demasiadamente, focarei apenas três aspectos da vida da Ala: Educação Física e desportos, Salões de Educação Estética e Acção Social.

É de todos sabido que se deve, em grande parte, à M. P. a racionalização e divulgação da educação física, quer através de conferências, congressos e visitas de classes ao estrangeiro e deste a Portugal, quer pela intensificação da sua prática entre os filiados por meio de instrutores convenientemente preparados e pagos pela Organização.

Nos últimos anos, esta Ala tem-se feito representar por uma classe especial de ginástica em diferentes concursos, realizados em Lisboa, obtendo o 2.º lugar e louvores.

Quanto aos desportos, igualmente se tem tomado parte nos Campeonatos anuais de Basket, Volei, Foot-ball, Remo, Vela e Hipismo, com resultados lisonjeiros; no ano de 1938, o grupo de basket alcançou o título de campeão nacional.

Outra iniciativa feliz da M. P. é a realizazão dos Salões de Educação Estética, primeiramente em Lisboa e depois em várias províncias, reunindo trabalhos de desenho, pintura, escultura, cerâmica, marcenaria, aviominiatura, e em que alguns filiados revelam qualidades reais de artista.

Entre nós, nomeadamente os Centros das Escolas Industriais e das fábricas Aleluia e Vista Alegre têm-se feito representar condignamente em todos os Salões levados a efeito, merecendo os seus trabalhos diversos prémios e louvores.

Desta forma se atinge, com projecção mais vasta por abranger um maior e mais variado número de expositores, o objectivo que têm em vista as exposiçses escolares dos estabelecimentos de ensino.

No campo social, a M. P. anda empenhada em proporcionar a todos os seus filiados, cujas família lutam com dificuldades, os meios necessários a um maior rendimento escolar ou a um trabalho mais profícuo.

Pelo que diz respeito a este distrito, fundaram-se três cantinas que servem dezenas de filiados dos Centros das Escolas Industrial e Comeecial desta cidade, Comercial de Oliveira de Azemeis e Industrial de Águeda, além de melhoramentos introduzidos na do Liceu.

Todas estas cantinas e as dos centros primários da cidade são largamente subsidiadas, dispendendo só o Comissariado Nacional à roda de vinte mil escudos anuais, a que há a acrescentar auxílios do Govêrno Civil, do Socorro Social, Câmaras municipais e uma boa parte das receitas privativas dos Centros.

Outra modalidade da acção de camaradagem consiste no pagamento de proprinas, compra de livros, vestuário, medicamentos, etc, em que se gastam alguns milhares de escudos por ano.

No entanto, ainda se está a meio do caminho: urge trazer para a M. P. os rapazes da rua, os desprotegidos da sorte, os sem família, mas para tal tem de se resolver o problema do seu alojamento e alimentação, porque a famintos de pouco vale prègar moral.

Impõem-se a criação de um Centro de Adaptação ao Trabalho para estes rapazes com a finalidade de os arrancar à ociosidade e fazer deles valores sociais por conveniente aprendizagem em oficinas próprias.

Estou esperançado em que, com o apoio do Ex.mo Governador Civil e demais Organismos interessados, a M. P. há-de levar a bom termo, no distrito, a obra social que chamou sobre si e constitui uma dls suas razões fundamentais de existir.

UM POUCO DE HISTÓRIA E ALGUNS NÚMEROS

Posição telefónica do distrito de Aveiro

Pelo Dr. Francisco do Vale Guimarãs

UM dos problemas mais frementes e de maior interesse para a vida afectiva e de negócio que o Estado Novo teve de enfrentar, mal ensaiou os seus primeiros passos, foi o da construção da Rede Telefónica Nacional, que o País há muitos anos ansiosamente aguardava.

Pode dizer-se, sem hipérbole, que era todo o Portugal a protestar contra a falta de comunicações telefónicas, urbanas e interurbanas, pois, o que havia em 1926, era tão pouco e em tão precárias condições de exploração — excepção feita às cidades de Lisboa e Porto, cujos serviços foram confiados, por concessão, em 13 de Janeiro de 1882, a uma firma inglesa — que não podia falar-se, com propriedade, na existência de serviço telefónico nacional.

Os poucos e deficientíssimos circuitos que o Estado Novo encontrou em serviço começaram a ser lançados em 1890 — circuito Lisboa-Porto. Em 1904 instalou-se um segundo circuito entre as duas capitais, mas servindo já Vila Franca e Coimbra e ainda nesse ano abriu à exploração o circuito Lisboa-Setúbal.

A' República de 1910 não deve o País, neste aspecto vital das comunicações, mais que o que ficou a dever ao antigo regime. Bem ao contrário.

Na verdade, nesses 16 anos, apenas se construiu um terceiro circuito Lisboa-Porto, (1914), um circuito Porto-Braga, (1915) e, por *conta* das Juntas Gerais dos Distritos de Coimbra e Faro e das Câmaras Municipais de Guimarães e Fafe, algumas redes regionais (1925-926).

Foram 16 anos (1910-1926) pràticamente perdidos, perda essa de que ainda hoje sofremos as consequências, como mais adiante se mostrará.

Por culpa de quem? Dos homens que serviam a Administração Geral?

De forma alguma! Nos CTT houve sempre funcionários distintos e inteiramente votados ao seu progresso.

Também não foi por falta de planos que se não realizou o que urgentemente se impunha, como o demonstra o ante-projecto de 1919, para cuja execução a lei 1.076 (20/11/920) chegou a autorizar o empréstimo de 8.000 contos.

Por outro lado, e com justiça, não são os homens que serviram a República parlamentar nos seus sucessivos governos os responsáveis por aquilo que corria mal, e era tudo ou quáse tudo, pois êsses homens, na sua maioria, eram probos e competentes.

E', antes, ao próprio sistema político, baseada na multiplicidade de partidos, que se devem atribuir todas as responsabilidades.

Os partidos, só pelo simples facto de existirem e porque todos queriam ser govêrno, consumiam todas as energias, todas as preocupações e todo o tempo a guerrear-se na rua e nas urnas e a insultar-se, mutuamente, no parlamento, do voto do qual dependia a vida dos governos.

Por isso mesmo não se sabe de govêrno que, neeses 16 anos, tenha efectivamente governado, isto é, tenha exercido o poder com a autoridade indispensável, isento de coacções e por tempo suficiente para, ao menos, esboçar qualquer grande plano de trabalhos.

Com govêrnos assim débeis, partidários, a curto prazo, a desordem política não tardou, logo seguida da desordem financeira e administrativa.

Era e ainda é, se a experiência se repetir — como honestamente pretendem agora alguns portugueses, entre os quais conto amigos dedicados, que muito me honram com a sua amizade pessoal — era e ainda é fatal.

O país, no entanto, creio bem, não se esqueceu do que lhe custou a experiência de 1910. Se alguns portugueses, porém, perderam a memória, têm, os que a conservam, de os ajudar a recuperá-la.

* * *

Mas, voltemos ao nosso problema. Os circuitos existentes em 1926 não totalizavam mais de 4.900 km, servindo uma dezena de localidades (entre as quais, no nosso distrito, Mealhada, 1924) e uns poucos assinantes particulares. Era o zêro telefónico, pràticamente.

Dez anos depois a situação era completamente diferente, como diferente era o ambiente político do país, já sem partidos e consequentemente com ordem nas ruas e nos espíritos, nas finanças e na administração, o que permitiu se operassem as grandes reformas sociais e a notável transformação material e económica do país a que estamos assistindo.

Com efeito, em 1936, a rêde Telefónica Nacional somava já 37.000 km. de circuitos, servindo cêrca de 800 localidades e 15 mil assinantss.

Quere dizer: em 10 anos de paz de Estado Novo construiu-se 9 vezes mais que nos 36 anos anteriores.

Em 1939, último ano de paz, aquele n.º cifrava-se em 46.800 km. subindo o de assinantes para 18.500, distribuídos por mais de 1.000 localidades.

Nesta altura, 1939, se o serviço interurbano não era ainda perfeito, isso se deve, precisamente, ao facto de, anteriormente, e especialmente entre 1915 e 1926, nada se ter construído, como vimos.

Se em 1926 a rede telefónica estivesse lançada, como o devia estar, ao menos em nível apróximado ao de 1939, para não dizer em nível igual, os trabalhos que se realizaram entre 1926 e 1939 não seriam, como foram, de alargamento horizontal das comuicações, mas antes de desenvolvimento vertical, tendente ao necessário revestimento dos traçados e, como consequência à perfeição do serviço.

Se assim tivesse acontecido disporíamos hoje — apesar de tão brusco aumento do tráfego que se registou a partir de 1940, brusco e imprevisto — de bom serviço telefónico. E' que, desde 1939, e não obstante as enormes dificuldades ocasionadas pela guerra, que ainda neste momento se fazem sentir com a mesma acuidade dos anos calamitosos de 1940 a 1945, foi possível montar nada menos de 60.528 km. de circuitos — 130 % mais que os que existiam em 1939. Neste momento os circuitos somam, assim, 107.328 km, servindo 31.284 postos telefónicos.

Tal e tão notável aumento de circuitos, porém, foi imediatamente absorvido pelo desmedido aumento de tráfego interurbano e regional, que passou de 3.201.445 chamadas em 1936 para 3.868.275 em 1939, atingindo em 1946 o n.º formidável de 9.291.549 — duas vezes e meia mais que em 1949. (Nos sete anos anteriores, 1932-1939, o aumento de tráfego não foi além de 1.300.000 chamadas).

Desta maneira, com tudo o que se construiu desde o início da guerra, apenas se evitou que piorasse a qualidade de servtço — relativamente a 1939 —, nada ou quase nada, portanto se tendo progredido no sentido da perfeição.

E foi já muito; muitíssimo até. Tanto, que muito poucos são capazes de se aperceber de que isso representa.

O que existia em 1939, repete-se, devia existir em 1927. Se isso se tivesse verificado, em lugar das deficiências com que hoje lutamos, usufruiríamos, ao contrário, óptimo serviço. Partindo-se, porém, do ponto donde se partiu, do zero telefónico, o que temos hoje, pode afirmar-se, constitui verdadeiro milagre.

* * *

Agora, algumas palavras sobre o caso particular do Distrito de Aveiro.

E' ao Estado Novo que o Distrito deve as suas actuais comunicações telefónicas.

Assim, os seus 17 concelhos (não se conta com o de Espinho e o de Castelo de Paiva, por estarem incluidos na área da APT) foram dotados com serviço telefónico, sucessivamente, em 1928, Anadia; em 1929, S. João da Madeira, Albergaria e Agueda; em 1930, Aveiro e Oliveira de Azemeis; em 1931, Vila da Feira e Ovar; em 1932, Ilhavo; em 1933, Estarreja, O. do Bairro e Murtosa; em 1938, Arouca, Vale de Cambra e Vagos e em 1941, Sever do Vouga. (Mealhada, como já vimos, por se encontrar no traçado Lisboa-Porto, era uma daquelas dezenas de localidades que, antes de 1926, dispunha de tal género de comunicações).

O n.º de assinantes no distrito (17 concelhos), que era de cerca de 1.000 em 1939 (destacando-se Aveiro com 252, Ovar com 143 e S. João da Madeira com 116), é hoje de 2.068, a-pesar das dificuldades criadas pela guerra, cabendo 486 a Aveiro, 280 à Mealhada, 246 a Ovar e 233 a S. João da Madeira.

E já agora alguns números sobre o tráfego nos concelhos de maior movimento, números que se reportam, apenas, a 1942, por só a partir dêste ano se ter passado a fazer estatística por redes e que, na sua simplicidade, dizem muito.

	Chamadas Locais		Chamadas Interurbanas de saída		Chamadas Interurbanas de entrada	
	1942	1946	1942	1946	1942	1946
Aveiro	296.586	319.003	72.200	115.920	66.668	101.377
Ovar	80.052	124.499	26.834	39.145	27.055	15.866
S. J. Madeira	182.973	197.617	29.872	55.533	25.664	32.085
O. de Azemeis	43.633	61.797	26.661	42.652	25.723	24.948

O serviço interurbano do Distrito, pode dizer-se com segurança, tem melhorado, graças aos circuitos que se construiram nos difíceis anos de guerra. Assim, por exemplo, as ligações Aveiro-Coimbra, por onde se escoa o tráfego para Lisboa, eram aasseguradas, em 1039, por 3 circuitos; em 1946, por nada menos de 10; Aveiro-Porto, respectivamente, por 3 e 4; Aveiro-S. João, por 1 e 3; Aveiro-Albergaria, por 1 e 3; S. João-Porto, 3 e 8; Mealhada-Coimbra, 5 e 7; S. João-O. de Azemeis, 1 e 5.

Neste momento, porém, estão previstos—para se construirem logo que o material chegue—mais 3 circuitos Aveiro-Coimbra; mais 3 Aveiro-Porto; mais 5 Aveiro-S. João; mais 6 S. João-Porto; mais 6, Mealhada-Coimbra, etc.

Quando todos estes novos circuitos abrirem à exploração— o que acontecerá, repete-se, logo que chegue a Portugal o material necessário— a posição telefónica do Distrito poderá considerar-se boa.

* * *

Pelo que diz respeito a iastalações é de justiça afirmar que, igualmente, se progrediu imenso nestes anos de Administração do Estado Novo. Raras são hoje as localidades que não contam ou com novo edifício ou com edifício convenientemente restaurado ou adaptado, outro tanto acontecendo ao respectivo mobiliário, em contraste flagrante com o que se passava antes de 1926.

No distrito de Aveiro, neste capítulo, a obra realizada também é notável. Em nada menos de 6 concelhos se construíram outros tantos novos e magníficos edifícios—Aveiro, Agueda, Anadia, Mealhada, Albergaria e S. João, êste, presentemente, com grandes obras de ampliação.

Por outro lado, foram reinstalados em casas prévia e convenientemente adaptadas, ou por meio de obras de beneficiação importantes, os edifícios de Alquerubim, Bussaco, Esmoriz, Ilhavo, Luso, Murtosa, O. de Azemeis, Ovar (outras obras em curso), Vila da Feira, Paços de Brandão, Vagos, Pinheiro da Bemposta, Macieira, Castelo de Paiva, Cucujães, Arouca (ampliação em curso), Cacia (nova casa em curso), etc.

* * *

A dívida do Distrito para com o Estado Novo, no sector a cargo dos C.T.T, é, como se acaba de ver, enorme. Assume proporções a que não estava habituado.

De desejar é que os seus habitantes não esqueçam todos êsses benefícios, não faltando à chamada sempre que sejam convocados para, com o seu voto, expressarem ao Govêrno do Estado Novo o seu inabalável e indiscutível apoio.